

## Encontro reúne especialistas para auxiliar o Brasil a eliminar o comércio ilícito de cigarros

**O** Brasil vai implementar um protocolo para eliminar o comércio ilegal de cigarros. Essa é uma das principais políticas de regulação da oferta para reduzir o uso do tabaco e suas consequências à saúde e à economia. Um encontro entre especialistas brasileiros e estrangeiros, para auxiliar o Brasil na implementação do Protocolo para Eliminação do Comércio Ilícito de Cigarros e de Outros Produtos do Tabaco, foi promovido nos dias 21 e 22 de maio, em Brasília, pelo INCA e pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

O protocolo está vinculado ao Artigo 15 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), da Organização Mundial da Saúde (OMS), e é uma importante política para ajudar no controle da oferta de cigarro, permitindo, assim, diminuir o uso do tabaco. No Brasil, por exemplo, será medida fundamental para evitar que os cigarros baratos provenientes do contrabando enfraqueçam ações como a da Receita Federal na tentativa de reduzir o tabagismo, principalmente entre os jovens, ao taxar o produto com impostos mais pesados.

“A Presidência da República assinou o protocolo, que também foi aprovado no Congresso Nacional. Depois disso o dispositivo seguiu para ratificação na Organização das Nações Unidas (ONU) e foi encaminhado pela Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores”, explicou Tânia Cavalcante, secretária executiva da Comissão Nacional para Implementação da CQCT no Brasil. No dia 14 de junho, o embaixador Frederico Meyer depositou, na sede da ONU em Nova Iorque, o instrumento que formaliza a adesão do Brasil ao protocolo. Agora o País consta na lista das nações que ratificaram esse importante instrumento para fortalecer a implementação da CQCT.

São necessários 40 países para que o protocolo se torne lei internacional. Até o fechamento desta edição, faltavam dois. Nas Américas, Costa Rica, Equador, Nicarágua, Panamá, Uruguai e Brasil já ratificaram o documento. Países como o Chile e El Salvador estão perto de finalizar o processo. Colômbia e Peru estão em discussão sobre a adesão.



Tânia Cavalcante falou sobre protocolo vinculado ao Artigo 15 da CQCT